



CÂMARA MUNICIPAL DE INDAIATUBA

DEPARTAMENTO JURÍDICO

PALÁCIO VOTURA

Rua Humaitá n.º 1167 Centro – Fone/Fax: (19)3885-7700
CEP: 13.339-140 - Indaiatuba - SP

PARECER JURÍDICO 086-A/2019
PROTOCOLO 1604/2019
PROJETO DECRETO LEGISLATIVO Nº 10/2019

Nos termos do art. 13, XVII, da Lei Orgânica Municipal e do art. 127 do Regimento Interno (Resolução nº 44/2008), e observado o despacho de fls. 11 do Presidente, esta Procuradoria entende que não existem irregularidades que impedem o recebimento do projeto de lei.

Não há ilegalidade.

O projeto não contém vício de iniciativa, sendo que trata de assunto local relacionado a concessão de “Título Honorífico de Empresário do Ano Raffaello Fantelli” para os profissionais empresários do comércio, indústria, prestadores de serviços e outras atividades regulamentadas e que exerçam suas atividades no município de Indaiatuba (*in casu*: Sr. Valdemir Bordonal), de acordo com o art. 144 §1º, alínea “d” do Regimento Interno da Câmara e do Decreto Legislativo 3/1997.

O Decreto Legislativo é a espécie legislativa adequada, conforme o art. 2º da Resolução 19/2004 e o art. 144, §1º alínea “d” do Regimento Interno da Câmara.

No mais, o texto da proposição consta redigido de acordo com o art. 10 e o art. 12 da Lei Complementar nº. 95/98.

Vale notar que houve a análise da proposta de concessão do título por parte da Fundação Pró-Memória de Indaiatuba que concluiu pelo atendimento aos requisitos (Ofício 102/2019, à fl. 04 dos autos), nos termos do art. 2º, inciso IXI do Regimento Interno.

Ademais, foi juntado o *currículum vitae* e demais documentos que comprovam o merecimento da honraria, conforme determina o art. 7º do Regimento Interno da Câmara (fls.05/09).

Não subsiste inconstitucionalidade.



CÂMARA MUNICIPAL DE INDAIATUBA

DEPARTAMENTO JURÍDICO

PALÁCIO VOTURA

Rua Humaitá n.º 1167 Centro – Fone/Fax: (19)3885-7700
CEP: 13.339-140 - Indaiatuba - SP

PARECER JURÍDICO 086-A/2019

PROTOCOLO 1604/2019

PROJETO DECRETO LEGISLATIVO Nº 10/2019

A proposta de lei cuida de assunto de interesse local da competência legislativa do Município (art. 30, I, da Constituição da República), sem que viole dispositivo da Constituição do Estado de São Paulo.

São as razões pelas quais a Procuradoria Jurídica da Câmara Municipal **entende que merece ser recebida** a presente proposição.

Indaiatuba, 12 de agosto de 2019.


Bruna Simões Peixoto

Procuradora da Câmara Municipal de Indaiatuba